



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>As hipóteses sobre uma nova posição do Brasil no imperialismo atual</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Helder Gomes</b>	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este artigo procura analisar as hipóteses sobre o Brasil ter se tornado um país imperialista frente à nova ordem econômica internacional. Tal preocupação tem sido motivada, de um lado, pelas expressivas acusações nesse sentido de reconhecidas personalidades políticas e empresariais de países vizinhos, frente aos vários problemas enfrentados no processo de integração internacional; e, de outro, pelo surgimento no meio intelectual brasileiro de afirmações e suposições, que questionam a validade das teses sobre a posição subordinada como o Brasil exerce a função subimperialista a partir da América Latina.</p> <p>As reflexões desenvolvidas no texto partem da premissa da validade atual da obra de Ruy Mauro Marini e procura compreender os fenômenos econômicos atuais como fruto do acirramento da crise econômica mundial, que coloca países como o Brasil no centro dos interesses das potências imperialistas, enquanto locus privilegiado para a atenuação da contínua queda das taxas de lucro no âmbito internacional.</p> <p>A proposta é partir das proposições de Marini para entender os resultados dos principais instrumentos de política econômica praticados no Brasil na última década, em especial, aqueles vinculados pela Política de Desenvolvimento Produtivo e de “integração competitiva”, tão em voga nos tempos atuais.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
ABSTRACT			
KEYWORDS			

### Introdução

Desde as contribuições de Lênin as concepções sobre o imperialismo vêm acumulando grandes avanços no que tange ao acompanhamento de suas mutações concretas. Claudio Katz (2011) já nos brindou com alguns capítulos de uma série que promete publicar em breve, nos quais descreve com algum detalhe toda essa trajetória de debates entre os marxistas, sobre as *alterações radicais* ocorridas no imperialismo a partir da gênese e consolidação da hegemonia estadunidense, novamente colocada em xeque na atualidade. A intenção aqui é discutir um aspecto particular sobre essa trajetória, ou mais especificamente sobre a possibilidade de o capital organizado a partir do Brasil ter convertido este país também numa nação imperialista, mesmo que subordinada (FONTES, 2010).

## 1 O imperialismo e suas mutações

A gênese da corrida imperialista em meados do século XIX merece ser aqui destacada em seus elementos fundamentais. Partimos do pressuposto de que a fase superior do capitalismo (LÊNIN, 1987), denominada *O Imperialismo*, resulta de um processo de acumulação primitiva de riquezas e de consolidação da industrialização atrasada (relativamente à fase do capitalismo originário, inglês), em que especialmente os Estados Unidos, a Alemanha, a França e, depois, a Rússia e o Japão, unificam-se em seus respectivos Estados nação e passam a concorrer *pari passu* com a toda poderosa Inglaterra vitoriana (OLIVEIRA, 2003). Assim, esta se vê forçada a aderir a um novo modelo de organização industrial e financeira, com graves problemas estruturais para tal, marcando o início da era monopolista em nível internacional.

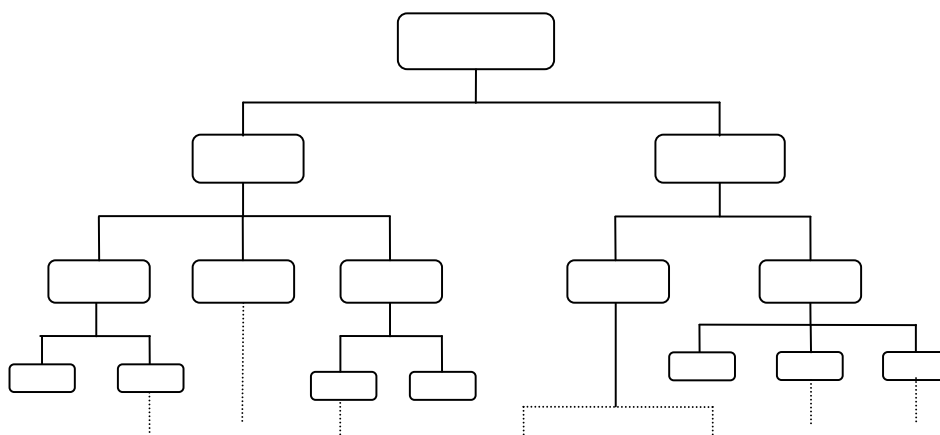
Dessa forma, o século XIX foi marcado pela adoração e pelo posterior abandono dos principais instrumentos de regulação do capitalismo concorrencial. Do livre-cambismo internacional logo nasceu uma vigorosa operação protecionista, a qual gradativamente passou a predominar nas relações comerciais e nos fluxos de capital entre as principais potências econômicas do planeta, com reflexos nas nações satélites, ao mesmo tempo em que era impulsionada uma nova corrida pela colonização de zonas de fronteira na periferia.

Tais movimentos resultaram da combinação de uma série de elementos constitutivos da era em gestação na segunda metade do século XIX. Entre estes cabe destacar: a redistribuição do monopólio da produção e da tecnologia entre a Inglaterra e as nações de industrialização atrasada; o novo papel dos bancos com a formação das sociedades por ações e o surgimento de novas oportunidades para a especulação e para a acumulação fictícia; a nova fase da exportação de capitais pelas grandes potências e não mais apenas pelo capital inglês; a abordagem dos Estados nacionais no protecionismo econômico e no aporte militar nas grandes potências em disputa; a busca imperialista pelo controle neocolonial das fontes de matérias primas, da produção de alimentos e de insumos industriais na periferia, como forma de evitar seu encarecimento e, por consequência, a redução das vantagens advindas dos ganhos de produtividade alcançados nas linhas produtivas de alto padrão tecnológico.

### *A conversão do capital bancário*

De Lênin (1987) apreendemos em particular a forma como naquele momento da ascensão das economias de capitalismo atrasado os bancos foram se convertendo de meros intermediadores em promotores e em controladores da expansão industrial oligopolizada. Ficava para trás a organização industrial de caráter familiar, tipicamente inglesa, dando lugar aos grandes trustes e cartéis organizados por sociedades anônimas (S.A.), de tal forma que passou a proporcionar o controle de inúmeras unidades de capital por apenas um estrato de sua composição global, a partir da posse de um determinado volume de ações ordinárias (com direito a voto nos conselhos de administração) em cada célula empresarial. Dito de outra forma, ocorria naquele período a gestação de uma nova hierarquia de subordinações, envolvendo a centralização de capitais e a fusão de grandes bancos com a produção industrial e de serviços, de cujo processo nasceu um sistema ainda mais complexo composto por *firmas holding* e seus satélites (*quase firmas*). À medida que tal modelo se difundia, as economias nacionais foram se oligopolizando, num ambiente internacional que também deixava para trás a *Pax Britannica*, pois multiplicavam os conflitos entre as potências emergentes em busca de fronteiras econômicas para expansão e controle, tendo como instrumento a exportação de capitais.

Por isso, os diagramas dessas composições controladas por holdings devem ser entendidos em pelo menos duas dimensões para se entender o imperialismo. No campo isolado de cada conglomerado econômico, é importante perceber a possibilidade do comando de um volume imenso de capital pelo controle de parcelas de ações ordinárias no encadeamento hierárquico das companhias.



Na base, encontra-se, primeiramente, o “sistema de participações” (...). Eis a exposição que dele fez o economista alemão Heymann que foi um dos primeiros, senão o primeiro, a ocupar-se dele:

“Um diretor controla a sociedade de base (literalmente a ‘sociedade-mãe’); por seu turno aquela reina sobre as sociedades que dependem dela (as ‘sociedades-filhas’); estas últimas reinam sobre as ‘sociedades-netas’ etc. é possível, portanto, dispor da direção principal de imensos domínios da produção sem possuir um grande capital. Com efeito, se a posse de 50% do capital é sempre suficiente para controlar uma sociedade por ações, o diretor tem necessidade apenas de um milhão para poder controlar 8 milhões de capital nas ‘sociedades-netas’. E, se este ‘entrelaçamento’ for levado mais longe, é possível com um milhão controlar dezesseis milhões, trinta e dois milhões etc.” (LENIN, 1987, p.47-8).

De outro lado, também é fundamental ter nítido que essa cadeia de subordinações e controle centralizado de decisões se manifesta concretamente em termos espaciais. Isso que significa que as novas formas de organização (trustes, cartéis, controle por holding), em cada caso, resultam numa rede hierárquica de subordinações entre as grandes potências imperialistas e as economias dependentes, na medida em que se difunde a nova fase de exportação de capitais de forma oligopolizada em todo o globo.

### *Empréstimos internacionais e exportação de capitais*

A partir dos anos 1950 o mundo conhece um novo padrão de acumulação. Após as duas Grandes Guerras, provocadas pelas disputas imperialistas na partilha diferenciada de fronteiras de acumulação, foram criadas novas alternativas de apropriação de riquezas em forma de juros e lucros extraordinários produzidos no exterior, em especial nas economias periféricas, na mesma medida em que a reconstrução das potências industriais destruídas possibilitou o entrelaçamento das sociedades por ações numa dimensão multinacional. A partir de então, os fluxos de crédito internacional e dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), a partir dos grandes conglomerados multinacionais, passaram a incorporar inclusive as economias periféricas, mesmo que de forma subordinada e limitada a alguns segmentos, no padrão de produção e de consumo difundidos mundialmente a partir dos Estados Unidos.

Nesse processo de intensificação das linhas de financiamento e de exportação de capitais para as economias dependentes foram também gestadas formas especiais de plataformas de acumulação fora dos territórios das grandes potências imperialistas. A essas estações, digamos, *offshore*, de penetração do grande capital em novos territórios periféricos, que também servem de entreposto para a transferência de lucros e dividendos para os grandes conglomerados multinacionais, cabe a denominação economias subimperialistas. O Brasil tem se destacado nesta função estratégica subordinada e, muitas vezes, sua importância como plataforma avançada de acumulação tem sido confundida como se fosse a de uma potência imperialista.

## 2 Ensinamentos de Marini

O discurso oficial de um Brasil potência, que volta e meia se difunde entre as promessas governamentais de realização do *país do futuro* desde o regime militar, combina perfeitamente com as leituras produzidas a partir dos demais países da América Latina, especialmente nos momentos críticos das relações bilaterais de comércio. Contudo, uma observação da totalidade desses fenômenos contribui para a revelação do controle pelas grandes potências imperialistas, não apenas dos fluxos comerciais e de investimentos, mas de todo o processo de acumulação mundial. Tais movimentos envolvem o comando sobre a divisão internacional do trabalho, sobre as linhas de financiamento e de todo o processo de difusão tecnológica, o que, por si, impõe o monopólio da produção por meio de restrições econômicas bastante sutis.

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações fracas se torna supérfluo e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e ampliam o atraso e a debilidade dessas nações (MARINI, 2000, p. 119).

Este monopólio da produção implica na contínua deterioração dos termos de troca entre as nações em desfavor daquelas tardiamente industrializadas.

O mero fato de que umas [nações] produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. E que esta cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, mesmo se não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta (MARINI, 2000, p 121).

Trata-se mesmo de um processo contraditório de manter a dinâmica de acumulação diferenciada entre as potências imperialistas e as nações dependentes. A forma mais eficiente de garantir esse processo de acumulação desigual é compensar as parcelas do capital que opera nas nações dependentes com instrumentos de superexploração do trabalho.

O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2000, p. 122).

Assim, é possível que o controle imperialista sobre os movimentos do capital forme uma hierarquia de taxas de exploração em nível mundial, garantindo as condições para a apropriação centralizada nas grandes potências da mais-valia extraordinária produzida em cada território, considerando os interesses das unidades de capital em função nas nações dependentes.

É lendo esse quadro de relações rigidamente hierarquizadas que se analisa aqui a posição do Brasil no imperialismo atual. Trata-se de entender qual grau de soberania pode existir na tomada de decisões sobre a política externa brasileira, diante da forma atual de busca por tornar uma ou outra empresa organizada no Brasil numa *global trader*, ou numa *global player*, conforme preconiza o Programa de Consolidação da Liderança, embutido na Política de Desenvolvimento Produtivo desde a virada para o segundo mandato do governo Lula.

Recuperando os ensinamentos de Ruy Mauro Marini verifica-se que a passagem da economia colonial para o processo de industrialização no Brasil resulta das contradições próprias da formação do imperialismo em escala mundial. A estratégia de exportação de capitais encontrou no Brasil um lócus privilegiado para a construção de uma importante plataforma de acumulação, tendo o Estado brasileiro como principal suporte à formação das *joint ventures* associadas ao capital estrangeiro. Estas sempre estiveram voltadas para a produção de insumos industriais e, mais tarde, de bens de consumo duráveis, obedecendo aos rigores do monopólio internacional da produção e da tecnologia (MARINI, 2005). Assim, desde o início da diversificação industrial restringida (para além da produção de alimentos e têxteis), a captura da economia brasileira aos arranjos da corrida imperialista significou, também, sua inserção subordinada e especializada (automóveis, siderurgia, mineração, química, com alguma produção marginal em áreas de maior complexidade tecnológica e, também, em regime de maquilagem) na consolidação do regime de *integração hierarquizada* própria da ordem imperialista (MARINI, 1977).

El reforzamiento del Estado nacional en los países dependientes actúa, de hecho, como uno de los elementos que, de manera contradictoria, aseguran el desarrollo de la integración de los sistemas de producción. Desde el punto de vista económico, el capital exportado por los países imperialistas a las zonas dependientes exige allí del Estado nacional una capacidad creciente en materia de obras de infraestructura, defensa del mercado interno, negociaciones financieras y comerciales con el exterior, financiamiento interno y creación de condiciones políticas (en particular en el terreno laboral) favorables a la inversión extranjera. Si la exportación de capital desde la nación imperialista marca el momento en que se expresa en forma pura la tendencia del capital a internacionalizarse, su conversión en capital productivo en el marco de una economía nacional determinada representa el de su negación, al pasar a depender ese capital de la capacidad de esta economía — y por ende del Estado que la rige — para garantizar su reproducción. (...) el hecho de que el capital invertido en la maquila utilice mano de obra de la economía dependiente tiene, prácticamente, el mismo efecto que si esa mano de obra fuera físicamente a la economía imperialista, para ser allí explotada por el capital matriz (MARINI, 1977, p. 20).

Desde então, contudo, o Estado nacional dependente passou por todo um processo de construção empresarial seguido de intensa desmontagem com as privatizações. A venda (no todo ou em parte) das mais importantes empresas estatais veio acompanhada de uma intensiva desnacionalização produtiva, uma vez que o patrimônio das empresas estatais foi internacionalizado e, por seu turno, também o foram significativas parcelas de empresas privadas, motivadas por programas de fusões e aquisições patrocinados com recursos do Estado brasileiro.

A transferência patrimonial tem como consequência a transferência dos centros de decisão empresarial para fora do país. Situação que agrava as relações de dependência, elevando ainda mais o nível de intervenção externa direta em segmentos econômicos estratégicos, facilitando ainda mais o processo de especialização produtiva. Cada vez mais a economia brasileira se especializa na exportação de commodities sob o comando de megaempresas multinacionais, alimentando a centralização de capitais nos moldes de uma plataforma avançada para a acumulação imperialista.

Contudo, esse processo aparece muitas vezes como se estivesse sob o pleno controle de empresas brasileiras ou do próprio Estado. Ou seja, de plataforma de penetração das potências imperialistas nas fronteiras de acumulação localizadas em territórios ainda não explorados plenamente, o Brasil teria se tornado ele mesmo uma potência imperialista dos trópicos. Sobre isso nos alertou Marini (1977).

Señalamos ya que el Estado intervino activamente en este sentido, creando o subsidiando la demanda (interna y externa) para a la producción, se ocupó, también, de asegurar campos de inversión en el exterior, mediante operaciones de las empresas estatales, créditos intergubernamentales o garantías a operaciones privadas en países de América Latina y África. Lanzado en la órbita del capital financiero internacional, el capitalismo brasileño haría todo por atraerse el flujo monetario, aunque no fuera capaz de asimilarlo íntegramente en tanto que capital

productivo y debiera reintegrarlo al movimiento internacional de capitales. Con ello, a su estilo dependiente y subordinado, Brasil entraría en la etapa de exportación de capital, así como a la rapina de materias primas y fuentes de energía en el exterior, como el petróleo, el hierro, el gas.

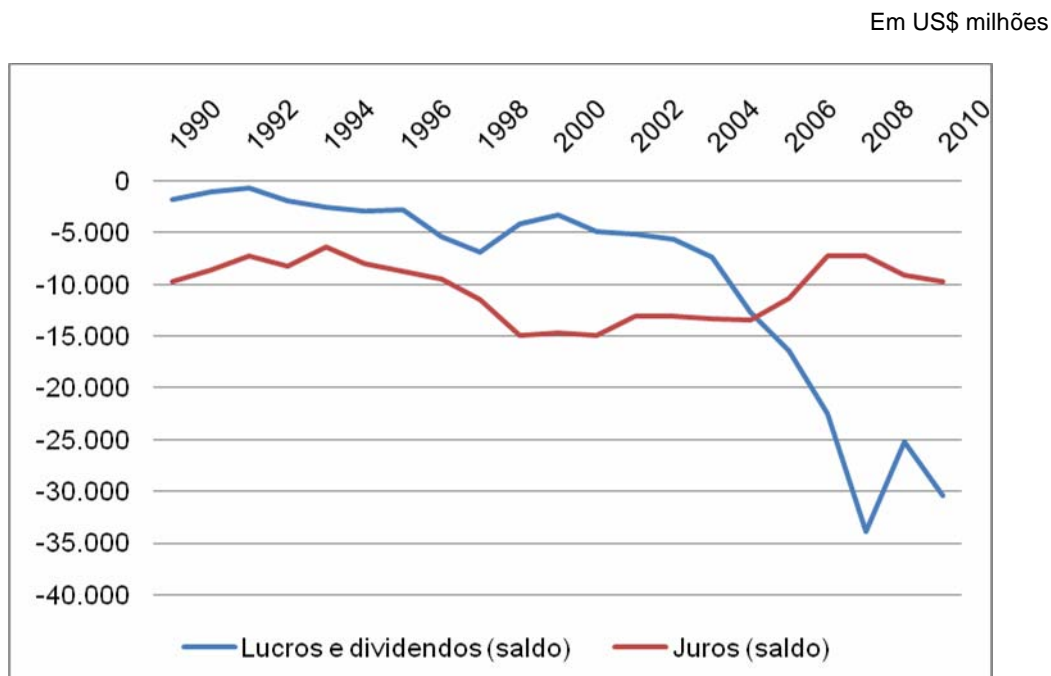
Es natural que, sobre la base de esa dinámica económica, Brasil ponga en práctica una política de potencia. Pero reducir el subimperialismo a esta dimensión y pretender remplazar el concepto mismo de subimperialismo por el de subpotencia no hace sino empobrecer la realidad compleja que tenemos ante nuestros ojos y no permite entender el papel que desempeña hoy día Brasil en el plano internacional. El subimperialismo brasileño implica una política de subpotencia; pero la política de subpotencia que practica Brasil no nos da la clave de la etapa subimperialista en que éste ha entrado (MARINI, 1977, p. 19).

### **3 Algumas evidências empíricas**

Informações organizadas recentemente (STOCCO, et. al., 2011) no Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura, do Departamento de Economia da UFES, podem contribuir para ilustrar alguns dos argumentos apresentados neste texto. Observando a evolução da Conta de Rendas do Balanço de Pagamentos brasileiro nos últimos vinte anos, percebe-se um nítido ponto de inflexão no ano de 2005, a partir do qual a trajetória das transferências líquidas para o exterior registradas como *Rendas* passaram a ser provocadas muito mais pelas remessas de lucros e dividendos do que pelas remessas de juros.



## Comparação da Variação dos Saldos das Contas de Juros e de Lucro e Dividendos do Balanço de Pagamentos Brasil – 1990-2010



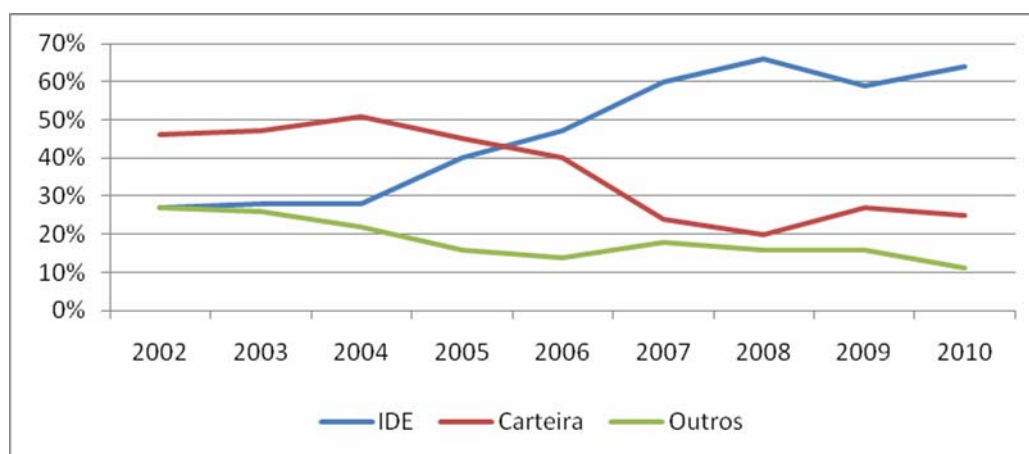
Fonte: Banco Central do Brasil. Apud. STOCCO, et. al. 2011.

Essa inversão na composição das remessas líquidas de *rendas* chama a atenção para duas questões: a elevação conjuntural dos níveis de repatriamento de lucros e dividendos e; por outro lado, as consequências estruturais do processo de transferência patrimonial (desnacionalização), pela via das privatizações e da promoção de fusões e aquisições de empresas privadas, ocorridas recentemente no Brasil. Abrindo essas contas em outro formato é possível observar, para um período ainda mais recente, como foi sendo alterada a composição das remessas líquidas provocadas pelos contínuos retornos dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) no Brasil em comparação com aplicações estrangeiras em carteira e outros títulos de renda.

## Composição do Saldo da Balança de Rendas do Balanço de Pagamentos Brasil – 2002-2010

Ano	Saldo (US\$ milhões)	Participação %		
		IDE	Carteira	Outros
2002	-18.191	27%	46%	27%
2003	-18.552	28%	47%	26%
2004	-20.520	28%	51%	22%
2005	-25.967	40%	45%	16%
2006	-27.480	47%	40%	14%
2007	-29.291	60%	24%	18%
2008	-40.562	66%	20%	16%
2009	-33.684	59%	27%	16%
2010	-39.558	64%	25%	11%

Fonte: Banco Central do Brasil. Apud. STOCCO, et. al. 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da tabela acima.

Esses primeiros dados indicam uma trajetória de análise interessante, na medida em que parecem demonstrar que a economia brasileira foi se diferenciando ao longo das últimas décadas, convertendo-se de plataforma predominantemente transferidora de juros, em um

lócus privilegiado de produção/apropriação e remessa de lucros líquidos para as grandes potências imperialistas na atualidade. Outros dados podem ajudar a elucidar ainda mais essa posição.

## **Evolução dos Investimentos Diretos Estrangeiros**

### **Brasil – 1990-2010**

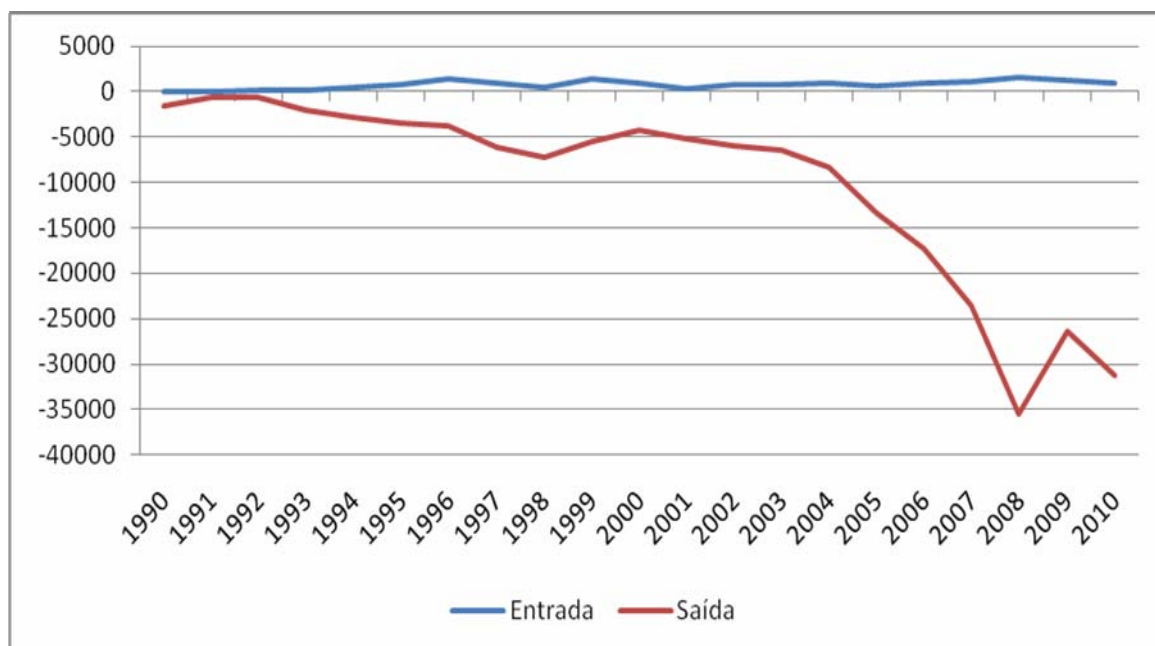


Fonte: Banco Central do Brasil. Apud. STOCCO, et. al. 2011.

Ao abrir as contas do Balanço de Pagamentos, atentando para os volumes de entrada e saída de lucros e dividendos, observa-se os efeitos da elevação dos IDE no Brasil, corroborando para a afirmação de que a economia brasileira se apresenta muito mais ainda como plataforma importadora líquida de capitais.

## Evolução dos Fluxos de Lucros e Dividendos no Balanço de Pagamentos

Brasil – 1990-2010



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

### 4 Considerações finais

É certo que os indicadores acima apenas impõem a necessidade de maiores investigações sobre o papel exercido pelo Brasil na atual fase do imperialismo. Contudo, não me parece adequado ver no Brasil atual alguma tendência a alterar radicalmente sua posição de plataforma do imperialismo internacional, a ponto de criar alguma autonomia na exportação de capitais e se tornar um lócus de apropriação de lucros extraordinários para a acumulação interna de riquezas em grande escala.

A base dessas afirmações se assenta na manutenção de um forte monopólio da produção e da tecnologia pelas grandes potências imperialistas tradicionais, base das relações de dependência financeira e tecnológica, que se manifestam na necessidade de um regime de superexploração do trabalho para manter as condições mínimas de acumulação, marca característica da tradição dependente do capitalismo tardio brasileiro.

Diante das considerações acima podemos analisar que, por mais que a economia brasileira tenha apresentado novas formas de relações com países parceiros, utilizando-se, inclusive, de suas empresas estatais (Petrobrás, Eletrobrás, BNDES etc.) para fomentar investimentos públicos e privados diretos na América Latina, na África, entre outras regiões do mundo, essa sua *reinserção* somente pode ser entendida dentro dos

marcos de sua função subimperialista, como nos ensina Ruy Mauro Marini, e não como o de uma potência em ascensão para o *clube* dos países imperialistas.

## Referências

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ. 2010. 384 p.

KATZ, Claudio. **La teoría clásica del Imperialismo**. Buenos Aires, 2011. (mimeo).

\_\_\_\_. **El Imperialismo contemporáneo**. Buenos Aires, 2011. (mimeo).

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo. Global Editora, 1979. 127 p.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y El subimperialismo**. 1977. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx>.

\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-65.

\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-80.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. **O processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: UNESP: Campinas, SP: UNICAMP, 2003. 270 p.

STOCCO, Aline Faé, et. al. **Elementos explicativos para a elevação recente do volume de remessas líquidas ao exterior**. Disponível em: <http://conjunturaufes.wordpress.com>.